



## CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070.

**CNPJ: 07.327.045/0001-14**

### Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de Junho de 2023

#### Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações divulgadas em 31/08/2023 no site

<http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

MARCELO SUSUMU  
TAKAHASHI  
FUZIY:47562749191

Assinado de forma digital por  
MARCELO SUSUMU TAKAHASHI  
FUZIY:47562749191  
Dados: 2023.08.29 15:59:34  
-04'00'

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy  
Diretor Responsável

ASSINADO DIGITALMENTE  
PAULO EDUARDO PEREIRA  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Paulo Eduardo Pereira  
CRC SC 030018/O-3

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto  
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070  
Tel.: (67) 3416-4600



## Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 395.512 SSP/MS e do CPF sob nº 475.627.491-91, residente e domiciliado à Rua Manoel Santiago nº1240, CX 6 CEP 79.823-180, na cidade de Dourados, mato Grosso do Sul assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

29 de agosto de 2023

MARCELO SUSUMU  
TAKAHASHI  
FUZY:47562749191

Assinado de forma digital por  
MARCELO SUSUMU TAKAHASHI  
FUZY:47562749191  
Dados: 2023.08.29 16:00:03  
-04'00'

---

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy  
Diretor Responsável



**CORPORE  
INVEST**

A SUA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

CNPJ 07.327.045/0001-14

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	30/06/2023	31/12/2022		NE	30/06/2023	31/12/2022
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.993</b>	<b>1.948</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>85</b>	<b>299</b>
Disponibilidades		1	1	Depósitos		0	0
				Outros Depósitos		0	0
Aplicações Interfinanceiras de liquidez		0	0				
Aplicações Em Operações Compromissadas		0	0				
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	229	106	Obrigações por empréstimo		0	0
Carteira Própria		229	106	Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Relações Interfinanceiras		0	0				
Depósitos no Banco Central		0	0	Outras obrigações	8	85	299
Creditos Vinculados		0	0	Cobrança e arrec. de tributos		17	1
Operações de crédito	5	1.453	1.524	Sociais e estatutárias		0	0
Operações de crédito		1.477	1.539	Fiscais e previdenciárias		55	290
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-24	-15	Diversas		13	8
Outros créditos	6	310	317	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9	<b>1.968</b>	<b>1.725</b>
Rendas a receber		0	0	<b>Capital Social</b>		<b>2.000</b>	<b>2.000</b>
Diversos		310	317	Capital		2000	2.000
Outros valores e bens		0	0	Aumento Capital		0	0
Despesas antecipadas		0	0	Reserva de Lucros		0	0
				Lucros/Prejuízos acumulados		-32	-275
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	7	<b>60</b>	<b>76</b>				
<b>Imobilizado</b>		<b>60</b>	<b>76</b>				
Outras Imobilizações de Uso		305	305				
(-) Depreciações Acumuladas		-245	-229				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.053</b>	<b>2.024</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO</b>		<b>2.053</b>	<b>2.024</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.**

CNPJ 07.327.045/0001-14

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

SEMESTRES FIMOS EM 30 JUNHO DE 2023 E 2022 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b><u>420</u></b>	<b><u>786</u></b>
Operações de crédito	135	749
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	4	5
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	281	32
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b><u>-9</u></b>	<b><u>-4</u></b>
Operações de empréstimos e repasses	0	0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-9	-4
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b><u>411</u></b>	<b><u>782</u></b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b><u>-105</u></b>	<b><u>-92</u></b>
Receitas de prestação de serviços	0	0
Rendas de tarifas bancárias	62	72
Despesas de pessoal	-56	-50
Outras despesas administrativas	-91	-79
Despesas tributárias	-19	-34
Outras Receitas Operacionais	0	0
Outras despesas operacionais	-1	-1
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b><u>306</u></b>	<b><u>690</u></b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b><u>0</u></b>	<b><u>0</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b><u>306</u></b>	<b><u>690</u></b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b><u>-63</u></b>	<b><u>-200</u></b>
Provisão para imposto de renda	-43	-144
Provisão para contribuição social	-20	-56
<b>LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b><u>243</u></b>	<b><u>490</u></b>
Juros sobre o capital	0	0
Lucro por ação	<b>0,1389</b>	<b>0,2800</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.**

CNPJ 07.327.045/0001-14

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

SEMESTRES FIMOS EM 30 JUNHO DE 2023 E 2022 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRA	30/06/2023	30/06/2022
<b>LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>243</b>	<b>490</b>
Outros Resultados Abrangentes	0	0
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Apuração de Resultado		
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>243</b>	<b>490</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.**

CNPJ 07.327.045/0001-14

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
<b>SalDOS em 31 de Dezembro 2021</b>	1.750	-	-	-	-	(1.040)	710
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	250	-	-	-	-	-	250
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	490	490
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-	-	-	-
<b>SalDOS em 30 de junho 2022</b>	2.000	-	-	-	-	(550)	1.450
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>250</b>	-	-	-	-	<b>490</b>	<b>740</b>
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
<b>SalDOS em 31 de dezembro 2022</b>	2.000	-	-	-	-	(275)	1.725
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	243	243
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-	-	-	-
<b>SalDOS em 30 de junho 2023</b>	2.000	-	-	-	-	(32)	1.968
<b>Mutações do Exercício</b>	-	-	-	-	-	<b>243</b>	<b>243</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.**

CNPJ 07.327.045/0001-14

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2023 E 2022 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>		
	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
<b>1. Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	243	490
1.2 Ajustes por Depreciação	16	16
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	3
<b>2. Variação de Ativos e Obrigações</b>	<b>-268</b>	<b>-508</b>
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-123	-26
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	62	-661
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	7	-2
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-219	182
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	5	-1
<b>3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	0
<b>5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
5.1 Depósitos	0	0
5.2 Empréstimos País	0	0
5.3 Dividendos pagos	0	0
5.4 Capital Social	0	0
<b>6. Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO  
EM 30 de JUNHO DE 2023 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., constituída em 14 de abril de 2005, autorizada inicialmente como Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno porte, conforme despacho do Banco Central do Brasil através do Ofício 33.571/2022-BCB/Deorf/GTREC de 23 de dezembro de 2022 com a aprovação das alterações abaixo especificadas:

- a) Mudança do objeto social para sociedade de crédito direto;
- b) Transformação em sociedade anônima;
- c) Mudança de denominação social para Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A.;
- d) Alteração do capital social para R\$ 2.000.000,00;
- e) Alteração contratual com aprovação do novo estatuto social.

A partir das alterações acima elencadas a Companhia passou a ter como objetivo social a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito de cobrança.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo





comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 29 de agosto de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

### 3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

**a) Receitas e despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

**b) Caixa e equivalentes de caixa:** inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment):** de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do



Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

**e) Operações de Crédito:** as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

**g) Imobilizado de uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

**h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas:** os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.



**i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

**j) Imposto de Renda e Contribuição Social:** foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

**k) Utilização de Estimativas:** para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.



#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2023	31/12/2022
<b>Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos</b>	<b>229</b>	<b>106</b>
Certificado de Depósito Bancário	229	106

#### 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	793	0	793	1.081	0	1.081
Títulos Descontados	684	0	684	458	0	458
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
	<u>1.477</u>	<u>0</u>	<u>1.477</u>	<u>1.539</u>	<u>0</u>	<u>1.539</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-24	0	-24	-15	0	-15
	<u>1.453</u>	<u>0</u>	<u>1.453</u>	<u>1.524</u>	<u>0</u>	<u>1.524</u>

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	1.093	5	1.513	7
B	1,00%	6	0	0	0
C	3,00%	276	8	01	0
D	10,00%	99	10	0	0
E	30,00%	3	1	26	8
F	50,00%	0	0	0	0
G	70,00%	0	0	0	0
H	100,00%	0	0	0	0
		<b>1.477</b>	<b>24</b>	<b>1.539</b>	<b>15</b>

## 6. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos diversos é composto da seguinte forma:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Diversos</b>	<b>310</b>	<b>317</b>
Créditos Tributários	286	0
Impostos a Compensar	8	295
Devedores Diversos	16	22

**7. IMOBILIZADO**

O ativo permanente da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a. e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a.

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>60</b>	<b>76</b>
Móveis e Equipamentos	274	274
Veículos	31	31
(-) Depreciações Acumuladas	-245	-229

**8. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>85</b>	<b>299</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos	17	1
Fiscais e Previdenciárias	55	290
Provisão P/Pagamentos a Efetuar	5	0
Credores Diversos País	8	8



## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais

### Capital Social

O capital social ao final de 30 de Junho de 2023 era de R\$ 2.000.000,00.

### Prejuízos Acumulados

A Instituição apurou lucro de R\$ 243.412,26 no semestre vigente. Com o resultado do período o saldo de prejuízos acumulados totalizou R\$ 31.577,84.

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Valores em reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
Contas de Resultado Credoras	491.684,52	857.878,05
Contas de Resultado Devedoras	-185.077,02	-167.842,54
<b>Lucro /prejuízo antes dos Ajustes</b>	<b>306.607,50</b>	<b>690.035,51</b>
(+) Adições	18.987,51	3.854,35
(-) Exclusões	-9.648,64	-171,67
<b>Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.</b>	<b>315.946,37</b>	<b>693.718,19</b>
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-94.783,91	68.816,77
<b>Lucro Tributário Real</b>	<b>221.162,46</b>	<b>624.901,42</b>
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	43.290,61	144.225,35
Contribuição Social- 9%	19.904,62	56.241,13

**11. Outras Informações****a) Outras Despesas Administrativas**

	<b>01/01 a 30/06/2023</b>	<b>01/01 a 30/06/2022</b>
Comunicações	(4)	(2)
Processamento de Dados	(14)	(16)
Seguros	(2)	(1)
Serviços do Sistema Financeiro	(2)	(0)
Serviços de Terceiros	(2)	(2)
Serviços Técnicos Especializados	(26)	(22)
Depreciação e Amortização	(17)	(17)
Outras Despesas Administrativas	(24)	(19)
<b>Total</b>	<b>(91)</b>	<b>(79)</b>

**b) Despesas de Pessoal**

	<b>01/01 a 30/06/2023</b>	<b>01/01 a 30/06/2022</b>
Proventos	(39)	(35)
Encargos	(14)	(13)
Benefícios	(3)	(2)
<b>Total</b>	<b>(56)</b>	<b>(50)</b>

**c) Despesas Tributárias**

	<b>01/01 a 30/06/2023</b>	<b>01/01 a 30/06/2022</b>
COFINS	(13)	(26)
PIS	(5)	(5)
Tributos e Taxas	(1)	(3)
<b>Total</b>	<b>(19)</b>	<b>(34)</b>





## **12. GERENCIAMENTO DE RISCO**

### **RISCO DE CRÉDITO**

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

### **RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

### **RISCO OPERACIONAL**

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;



## **RISCO SOCIOAMBIENTAL**

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

## **RISCO DE CAPITAL**

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

**OUVIDORIA:** O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

## **13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)**

**Valores em reais**

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 109,27% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2023 em R\$ 1.968.422,16.



#### **14. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021**

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações contábeis serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.



## 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2023 foi autorizada pelos sócios da Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em 29 de agosto 2023.

MARCELO SUSUMU Assinado de forma digital  
TAKAHASHI por MARCELO SUSUMU  
FUZiy:4756274919 TAKAHASHI  
1 FUZiy:47562749191  
Dados: 2023.08.29  
16:00:40 -04'00'

---

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy  
Diretor Responsável

ASSINADO DIGITALMENTE  
PAULO EDUARDO PEREIRA  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



---

Paulo Eduardo Pereira  
CRC 030018/0-3  
Contador